

PANDEMIA, INTERESSES PRIVADOS E BEM PÚBLICO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Discorrendo sobre o processo eleitoral que está em curso em meio a uma das mais graves pandemias da história nacional, a presente edição de **Contextus** evidencia duas situações em que se explicita o conflito entre interesses particulares e preocupação com o bem público.

A primeira delas se deu no âmbito partidário: parlamentares do espectro ideológico caracterizado como “centrão” tentaram barrar a mudança das datas dos dois turnos eleitorais temendo perder vantagens na competição. O segundo caso diz respeito à forma como parte do empresariado da cidade de Belo Horizonte vem expressando sua frustração diante das políticas municipais de contenção ao coronavírus, adotadas pelo governo Kalil.

Não se trata, de partida, de se fazer juízo sobre a legitimidade das demandas de um ou outro grupo, mas de perceber o modo como público e privado, por vezes, se mostram muito semelhantes em seus princípios e nas condutas seguidas pelos agentes.

Para conduzir esse raciocínio, este **Contextus** relata, primeiramente, as discussões subjacentes ao debate sobre o adiamento das eleições. Na segunda parte, descreve-se a polarização emergente em Belo Horizonte entre a retomada das atividades econômicas e as medidas de enfrentamento da pandemia de covid-19 na cidade. Por fim, faz-se um breve resumo sobre o posicionamento de diversos campos políticos com vista à disputa eleitoral de novembro.

Leia no *site* do Nesp

Durante o período eleitoral, acompanhe pelo nosso *site* notícias e outras análises sobre as eleições de 2020.

<https://bit.ly/3dVJefp>

ADIADOS PARA NOVEMBRO OS DOIS TURNOS ELEITORAIS

Foi aprovado, no primeiro dia de julho, o adiamento das eleições municipais deste ano. Os dois turnos eleitorais, que ocorreriam em outubro, foram transferidos para os dias 15 e 29 de novembro. A mudança ocorre em meio a uma pandemia de proporções inéditas, que levou a questionar a viabilidade de realização do pleito em condições seguras para a saúde de eleitores e cidadãos envolvidos no

processo. Ao mesmo tempo, cumpre preservar a transparência e a paridade na disputa para todos os candidatos.

Desde o início da pandemia essa discussão emergiu. No entanto, a Justiça Eleitoral decidiu esperar até o final de maio para que a decisão fosse tomada depois da posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Coube então ao ministro Luís Roberto Barroso encaminhar a mudança.

De acordo com o TSE o adiamento só ocorreria se ficasse constatado que a votação nos dias estabelecidos pela legislação eleitoral poderia representar efetivo risco à saúde pública. Havendo adiamento, seria pelo período mínimo possível. Baseando-se em pareceres de epidemiologistas e de outros especialistas, construiu-se então uma proposta de alteração de datas em comum acordo com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

Já no final de junho, o Senado aprovou proposta com novas datas para o pleito. Contudo, a mudança dependia ainda de aprovação por pelo menos 308 deputados federais, já que se tratava de fazer uma emenda à Constituição.

Segundo a Justiça Eleitoral, a prorrogação de mandatos também foi aventada, mas tal hipótese só viria a ser considerada em último caso. Não estaria sendo cogitada, portanto, a hipótese de cancelamento das eleições municipais para fazê-las coincidir com as eleições nacionais de 2022.

O adiamento da votação por um período maior teria inúmeras consequências. Na prática, seria como conceder um novo mandato para aqueles que já estão no poder. A Constituição estabelece mandatos de quatro anos e não há previsão de extensão desse período. Além disso, aproximadamente vinte por cento dos prefeitos já se encontram no exercício de seu segundo mandato e são legalmente impedidos de ter um terceiro.

Como os prefeitos eleitos tomam posse no dia primeiro de janeiro, a margem para postergação do pleito não é muito grande. Ocorrendo a eleição nas datas agora redefinidas para novembro, os candidatos vitoriosos serão diplomados antes de terem suas contas de campanha aprovadas. Em sendo encontradas irregularidades, será necessário, então, o cancelamento do diploma. Em condições normais, a diplomação só seria feita mediante aprovação das contas.

Com a adoção de um novo calendário, não houve alteração nos prazos a serem cumpridos. Os partidos políticos devem realizar suas convenções entre 31 de agosto e 16 de setembro. As candidaturas devem estar registradas até 26 de setembro, de modo que a propaganda eleitoral de primeiro turno será permitida a partir de se iniciará em 27 de setembro.

Caso algum município esteja sob graves condições em razão da pandemia nas datas estipuladas para a votação, o pleito poderá ser feito até 27 de dezembro mediante decreto do Congresso, a pedido do TSE, sendo dispensada outra mudança constitucional para tanto.

Veja como fica o calendário, de acordo com a EC 107

A PARTIR DE 11 DE AGOSTO

Vedação de propaganda partidária.

31 DE AGOSTO A 16 DE SETEMBRO

Escolha dos candidatos pelos partidos e deliberação sobre coligações.

ATÉ 26 DE SETEMBRO

Prazo para os partidos e coligações solicitarem à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos.

A PARTIR DE 26 DE SETEMBRO

Convocação, pela Justiça Eleitoral, dos partidos e dos representantes das emissoras de televisão para elaborar plano de mídia.

27 DE SETEMBRO

Início da propaganda eleitoral, inclusive na internet.

9 DE OUTUBRO

Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão relativa ao primeiro turno.

27 DE OUTUBRO

Divulgação, pelos partidos políticos, coligações e candidatos, de relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos recebidos e os gastos realizados.

15 DE NOVEMBRO

Eleições: 1º turno

20 DE NOVEMBRO

Início da propaganda no rádio e televisão para o segundo turno

29 DE NOVEMBRO

Eleições: 2º turno

ATÉ 15 DE DEZEMBRO

Encaminhamento à Justiça Eleitoral das prestações de contas dos candidatos e dos partidos políticos.

ATÉ 18 DE DEZEMBRO

Diplomação dos candidatos eleitos.

NOVAS DATAS

No caso de as condições sanitárias não permitirem a realização das eleições municipais nas datas previstas, serão estabelecidas novas datas pelo Congresso.

Fonte: Agência Senado.

ELEIÇÕES DE 2020 TENDEM A PROMOVER POUCA RENOVAÇÃO

Legalmente, o período de campanha eleitoral ainda não começou. Isso, porém, não impede que a campanha ocorra extraoficialmente. Na prática, os candidatos já estão em pleno movimento para angariar apoios e votos. A legislação não é capaz de coibir todos os atos de campanha. Portanto, o adiamento da votação implicou uma extensão do prazo de campanha e, de acordo com diversos analistas políticos, isso pode vir a favorecer candidatos de oposição em cada município.

Há hoje uma tendência ao consenso de que as restrições de movimento geradas pela pandemia diminuem a intensidade da campanha eleitoral. A campanha deste ano terá de prescindir de reuniões ou de comícios e outras manifestações públicas pelas quais candidatos buscam fazer-se conhecidos e angariar votos. O contato físico entre candidato e eleitor foi severamente restringido pela pandemia.

Apesar do fortalecimento do papel das redes sociais, a interação direta do candidato com o eleitor – principalmente numa disputa municipal – ainda tende a ser um importante instrumento de campanha. Cerceado o uso dessa tática, os atuais mandatários podem se beneficiar da visibilidade que naturalmente lhes é conferida pelo cargo que exercem. Daí se supor que as eleições deste ano devem trazer pouca renovação.

Além disso, o enfrentamento da pandemia deu maior visibilidade aos prefeitos que, no combate à doença, tiveram oportunidade para aumentar seu protagonismo. Desse ponto de vista, quem já está no poder passou a estar mais exposto pelos canais oficiais das prefeituras e pela mídia.

Não está dito que essa presença junto ao eleitor se transforme necessariamente em voto para reeleição ou para condução de sucessor indicado pelo atual mandatário. No entanto, aumentam as chances de isso ocorrer. Tais condições podem fazer valer a tendência do favorecimento dos candidatos que já são conhecidos pelo eleitorado.

Não obstante, o adiamento das eleições pode implicar uma inversão dessa vantagem competitiva, ainda mais se a campanha eleitoral predominar nas redes sociais digitais em detrimento das atividades presenciais.

Existem, todavia, outros fatores a serem considerados. Da mesma forma que a pandemia pode ter aumentado o capital eleitoral dos atuais mandatários, o agravamento das condições sanitárias nos próximos meses pode converter tal ativo político em um considerável passivo. Na medida em que a doença se alastra os recursos disponíveis para o atendimento às vítimas vai ficando comprometido. Em caso de uma calamidade ainda maior do que a já existente, quem está no poder tende a ser responsabilizado, na opinião pública, pelas perdas ocorridas.

O temor parece ter sua razão de ser. A pandemia motivou uma repentina queda nas receitas dos municípios, auferidas tanto por meio de impostos como pelas transferências provenientes dos governos estadual e federal. Com isso, fecha-se a viabilidade de práticas que comumente os prefeitos adotam, principalmente às vésperas de eleições, realizando obras que lhes deem visibilidade: asfaltamento de ruas, instalação de quebra-molas e serviços semelhantes.

Um estudo publicado pela Consultoria Legislativa do Senado ainda em 2004 já constatava que a probabilidade de reeleição de um prefeito está estreitamente “correlacionada com a expansão do gasto público”, indicando que o modelo de federalismo nacional não favorece a disciplina fiscal. Ao contrário, o gasto público indisciplinado na administração local tende a beneficiar eleitoralmente o gestor público que age irresponsavelmente.

O que reelege um prefeito?

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Textos para discussão n. 7, abr. 2004.

<https://bit.ly/38pPdb5>

Esse fato, por si só, explicita o uso da máquina pública como tática eleitoral de maneiras pouco explícitas e engenhosas de tal forma que não chegam a se configurar como crime. O fato de estar no poder oferece vantagens ao detentor do cargo que dificilmente seriam enquadradas penalmente. Algumas práticas são tipificadas na legislação como crimes eleitorais, mas há benefícios colhidos pelos mandatários que são menos objetiváveis e, por vezes, estão apenas no campo simbólico, mas que se concretizam em efetivas vantagens na busca de voto.

Do ponto de vista de quem está no cargo de prefeito, um problema de se adiar a eleição reside também no fato de que os efeitos mais estruturais da pandemia tendem a ficar mais visíveis nos próximos meses. Fechamento de empresas, desemprego, empobrecimento das famílias e aumento da miséria tendem a relegar ao esquecimento o bom desempenho de que, eventualmente, o prefeito possa ter sido capaz durante o auge da pandemia. É consenso entre os analistas dizer que as crises econômicas costumam favorecer candidatos de oposição.

Há, porém, questões ainda mais imediatas. A redução de receitas pode exigir a adoção de medidas impopulares, como atraso ou parcelamento de salários e a suspensão de serviços mesmo aqueles vistos como essenciais.

Além disso, existe uma prática corrente em final de mandato que consiste em demitir, após a eleição, os funcionários públicos contratados por recrutamento amplo (isto é, os servidores não concursados). Trata-se de uma medida que comumente se adota para ajustar as contas públicas de modo a não infringir a lei da responsabilidade fiscal. Sendo as eleições em novembro, a economia seria menor, pois um mês a mais de salários teria de ser pago.

Por todas essas razões, muitos prefeitos trataram de articular junto aos deputados federais de suas regiões para evitar que se aprovasse no Congresso o adiamento das eleições. Principalmente os partidos que compõem o chamado “centrão” (termo melhor caracterizado a seguir) travaram resistência à aprovação da emenda à Constituição, mesmo depois de já ter sido votada no Senado. Os últimos dias de junho foram marcados por intensa negociação na Câmara de modo que, aprovando-se a alteração, algum benefício fosse concedido aos prefeitos em troca daquilo que eles consideraram ser uma perda de vantagem competitiva.

A BARGANHA PARA APROVAR NOVO CALENDÁRIO ELEITORAL

A pressão dos prefeitos e seus órgãos de representação chegou à Câmara dos Deputados, onde o adiamento das eleições passou a enfrentar grande resistência principalmente por parte dos partidos políticos que constituem o “centrão”, os quais controlam parte significativa das prefeituras em todo o país.

Esse bloco tem sido procurado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em sua tentativa de constituir uma base de apoio para estancar possíveis processos de *impeachment*. Essa recente interlocução com o Palácio do Planalto aumentou significativamente o poder de barganha das lideranças desses grupos políticos nos últimos meses.

Hoje esse bloco é composto por aproximadamente duzentos deputados de diversos partidos. Embora sejam pouco definidos os seus contornos ideológicos, pode-se dizer que a atuação desses parlamentares se caracteriza pelo condicionamento de votos favoráveis ao governo à obtenção de cargos no Executivo, empresas e outros órgãos federais. Esse comportamento – frequentemente descrito como “fisiológico” – define uma atitude de baixo comprometimento com princípios (políticos ou ideológicos) e a disposição para aceitar acordos em que o parlamentar obtenha benefícios pessoais e partidários ou vantagens competitivas eleitorais.

Desde a redemocratização, essa “bancada” informal deu apoio a quase todos os governos, desempenhando papel nas principais decisões tomadas no Congresso. Também se constata que, nas últimas décadas, políticos desse bloco estiveram envolvidos em todos os escândalos nacionais de corrupção.

O principal argumento que esses deputados apresentaram objetivamente contra o adiamento das eleições por 42 dias, tal como acabou sendo aprovado, foi a inexistência de garantia de que, após esse período, a pandemia esteja controlada de modo que a eleição pudesse transcorrer em melhores condições. Questionaram se a Justiça Eleitoral estaria, então, em condições de oferecer proteção individual a mesários e a outras pessoas que trabalharão durante o processo eleitoral.

Segue havendo ainda outras questões logísticas tendo em vista a necessidade de se favorecer o devido distanciamento social dos eleitores. Havendo expansão do tempo de votação, por exemplo, pergunta-se como uma mesma equipe de mesários poderá prestar longas horas do serviço que já fazem sem receber remuneração direta. Não há quem conteste a pertinência dessas questões organizativas. No momento, todas elas continuam efetivamente em aberto e sem uma resposta da Justiça Eleitoral.

No entanto, há outras razões que parecem exercer um papel mais fundamental na resistência dos parlamentares ao adiamento das eleições. Costuma-se dizer que, comparados aos deputados federais, os senadores sofrem menos pressão por parte dos prefeitos e estariam menos susceptíveis às questões eleitorais locais de suas regiões. Se tal premissa é verdadeira, talvez seja essa a razão pela qual, no Senado, o adiamento eleitoral tenha encontrado menor oposição. Na Câmara dos Deputados, porém, o cenário foi bastante diferente. Os deputados federais encamparam exigências que repercutem as contingências da disputa eleitoral nos municípios.

Quando julho chegou, a negociação ainda estava em andamento na Câmara Federal. Para apoiar a mudança na Constituição autorizando a mudança de data nas eleições de 2020, os deputados do centrão conseguiram o compromisso de que os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) serão recompostos, até o final do ano, pelo governo federal.

Inicialmente, a Medida Provisória (MP) 938 obriga a União a manter, de março a junho de 2020, o valor dos repasses efetivados a estados e municípios nos mesmos meses do ano anterior. Em princípio, serão R\$ 4 bilhões rateados a cada mês entre estados e municípios (embora esse valor possa variar), até o teto de aportes R\$ 16 bilhões para os três meses de validade da Medida.

Descontados os repasses já efetuados, existe ainda um saldo de R\$ 10 bilhões. A proposta é que metade desse valor seja repassado aos estados e o restante aos municípios. Portanto, de acordo com os deputados que defendem a extensão do prazo, não implicaria aumento de gastos.

Entretanto, a extensão de prazo de duração desse auxílio aos entes federativos encontra a oposição do Ministério da Economia. Contra esse empecilho, existe a expectativa de que o presidente Bolsonaro possa se mostrar sensível à demanda apresentada por esses partidos que se aliaram a ele em tempos recentes mediante a obtenção de cargos e a participação no governo. Em sendo aprovadas as modificações na MP 938, a receita municipal estaria resguardada, ainda que parcialmente, pela manutenção dos repasses federais.

Consulte a MP 938

Apoio financeiro pela União aos entes federativos em razão da emergência de saúde pública.

Congresso Nacional.

<https://bit.ly/38nQq2G>

Também foi negociada a reinserção de propagandas partidárias em rádio e televisão durante este ano. As propagandas partidárias em rádio e televisão fora do período eleitoral haviam sido extintas na reforma eleitoral que passou a vigorar a partir de 2017. O projeto cuja tramitação foi incorporada às negociações do adiamento das eleições recupera essas propagandas, mas foi retirada da proposta a obrigatoriedade de se promover a participação política de mulheres durante essas inserções publicitárias.

Esse foi o preço para garantir que a Proposta de Emenda Constitucional fosse aprovada em votação pelos deputados ainda na primeira semana do mês de julho. Até o início desse mês, quando esta edição de **Contextus** foi publicada, nem a Medida Provisória 938 nem a volta das propagandas dos partidos haviam sido votadas seja pelo Senado seja pela Câmara.

POR QUE NÃO SE FAZ UMA ELEIÇÃO UNIFICADA A CADA QUATRO ANOS?

Existem diversas propostas em discussão sobre a mudança de data das eleições. Uma delas defende a unificação dos pleitos, criando as eleições gerais para escolha dos cargos do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) e Legislativo (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores). Parlamentares do PSL aparecem entre os principais proponentes dessa medida que implicaria prorrogação dos atuais mandatos de vereadores e prefeitos por mais dois anos.

Seus defensores entendem que o gasto de mais de R\$ 2 bilhões que constituem o fundo eleitoral (distribuídos aos 33 partidos políticos que têm direito a participar da disputa) e outros custos da Justiça com as eleições chegariam a aproximadamente R\$ 3 bilhões que poderiam ser canalizados para o enfrentamento da pandemia.

Existem outros argumentos em favor da unificação das eleições, mas geralmente eles assumem um caráter pragmático. É comum que se diga que um prefeito, por exemplo, ao ser eleito, empenha o primeiro ano do mandato para conhecer a máquina pública e entender os problemas que deve solucionar. O segundo ano serviria, então, para implementar projetos. No terceiro ano, a ação de governo seria restringida em função das eleições estadual e nacional. Já no último ano do mandato, estaria empenhado em promover sua recondução ou a eleição de seu sucessor. Assim, a recorrência das disputas políticas a cada dois anos atrapalharia o desempenho dos governos.

Outros dizem, porém, que as eleições a cada dois anos representam uma forma de fortalecimento da democracia. Primeiramente, considera-se que o cidadão brasileiro tem uma participação esporádica nas decisões e no acompanhamento do debate público.

Segundo esse raciocínio, a eleição a cada quatro anos aumentaria o grau de alienação e distanciamento popular em relação aos rumos do país. Teme-se que as decisões passariam a ser ainda mais

centralizadas nas mãos de um grupo ainda menor, com o risco de que certos segmentos passem a vergar ainda mais o poder público de modo a atender seus interesses particulares.

Ouve-se também com frequência o argumento segundo o qual a união dos processos de escolha em um mesmo ano tornaria invisíveis as questões municipais. A urgência dos temas nacionais que afloram durante a eleição presidencial poderia concentrar as atenções, deixando de lado a discussão de questões locais. Nos últimos anos, tem sido comum que a eleição presidencial seja polarizada pelo debate de questões morais – eventualmente importantes – mas totalmente alheias aos reais problemas cotidianos.

Embora a pandemia tenha oferecido um contexto novo, esse debate já perdura há mais tempo. Por enquanto tem prevalecido a ideia que eventuais mudanças no processo eleitoral só se justificam para aumentar a participação popular, e não para diminuí-la.

Como as mudanças na legislação eleitoral mais recentes reduziram para 35 dias o já breve período da campanha eleitoral, entende-se que esse tempo não seria suficiente para o eleitor interessado em debater sobre os problemas e em conhecer as propostas dos candidatos nas esferas municipal, estadual e federal.

EMPRESÁRIOS INSATISFEITOS COM A GESTÃO DA PANDEMIA EM BELO HORIZONTE

A sucessão do prefeito Alexandre Kalil (PSD) tornou-se inseparável da presença da pandemia de covid-19 na cidade e das medidas tomadas para enfrentar a doença.

Durante certo período, sustentou-se a ideia de Minas Gerais teria baixa incidência de vítimas dessa síndrome. A divulgação de números mais detalhados se encarregaram de mostrar que os baixos índices estavam estreitamente ligados à testagem insuficiente e às estratégias de abordagem do problema adotadas pelo governo estadual. No mês de maio, a edição de **Contextus** se encarregou de analisar essa situação específica. Veja no box abaixo como acessá-lo.

Também no plano federal, na segunda metade de junho, o Ministério da Saúde sinalizou que a curva começava a tender para uma estabilização. Naquele período, começaram as reaberturas do comércio e a retomada de atividades em diversas partes do país, inclusive nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, maiores capitais do país.

Leia no site do Nesp:

Caminhos da pandemia em Minas Gerais: desafios políticos.

Contextus, n.38, maio 2020.

<https://bit.ly/2VKfwDN>

O caminho de reabertura num momento de ascensão dos casos de covid-19 encontra poucos similares em outros países, à exceção de algumas regiões dos Estados Unidos, único país que tem um número de contágio e de mortes por coronavírus ainda maior do que o verificado no Brasil. Ao contrário, todos os países que conseguiram diminuir e, em certa medida, controlar a pandemia, só começaram a retomar as atividades quando o contágio já estava diminuindo.

Tendo começado a reabertura, não tardaram as notícias de que o número de vítimas fatais começou a aumentar dramaticamente. Em Belo Horizonte, a ocupação dos leitos hospitalares se aproximou de níveis críticos.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, aqui na Capital desde o início as precauções foram sendo tomadas dentro dos parâmetros estabelecidos em base da observação de diversos critérios técnicos a exemplo do que vem sendo feito em outros países que tiveram melhor êxito no controle da pandemia. Contudo, tal como se deu em outras partes do país, a Prefeitura começou a sofrer pressões oriundas de diversos segmentos econômicos, desejosos de reabertura imediata.

Manifestações contrárias ao funcionamento das atividades de produção, comércio e serviço aconteceram em Belo Horizonte durante todos esses meses, desde o primeiro decreto restritivo, ainda em março. Registraram-se carreatas protagonizadas, entre outros, por donos de comércio e apoiadores do presidente Bolsonaro.

A flexibilização, porém, só começou a acontecer no final do mês de maio, com reabertura contingenciada de diversas atividades. Avançou-se, em seguida, para a “fase dois” no plano de reabertura, com cerca de noventa por cento das atividades retomadas. O setor de bares e restaurantes, entre outros negócios não reabertos, começou a exercer pressão.

Quando o prefeito Alexandre Kalil decretou o retorno à “fase zero”, nos últimos dias de junho, determinando que apenas serviços essenciais permaneceriam abertos, o cenário estava suficientemente grave para se cogitar o *lockdown* ou fechamento ainda mais rigoroso de atividades. Ainda que a decisão possa ter sido criteriosa o suficiente para não propor tal fechamento completo, a medida gerou muita insatisfação entre comerciantes e outros setores econômicos que anseiam pela reabertura.

Consta que, no dia em que se efetivou o retrocesso à “fase zero”, uma manifestação em frente à prefeitura teria reunido três mil pessoas que protestavam contra a volta do fechamento. Argumenta-se que a situação do comércio é insustentável com milhares de empresas à beira da falência. Belo Horizonte seria uma das cidades que – supostamente – permaneceu fechada por mais tempo, em contraste com o fato de que teria “o menor número de mortes por covid-19”. De acordo com a Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte (CDL/BH), milhares de bares e restaurantes fecharam definitivamente suas portas e, na Capital, cerca de 200 mil trabalhadores já perderam o emprego.

A CDL/BH publicou uma nota intitulada “Não é culpa do comércio”, na qual afirma que o número médio de transmissão por infectado não se alterou entre o dia em que a Prefeitura decidiu avançar na flexibilização (22 de maio) e o dia que optou pelo regresso ao distanciamento social (26 de junho). De acordo com a CDL/BH, tendo permanecido em 1,09 o índice não se alterou. E conclui:

[...] caso a prefeitura de Belo Horizonte tivesse aberto os novos leitos prometidos no dia 29 de maio – somente lembrando, o Secretário de Saúde afirmou que já estava pactuado com os hospitais a ampliação dos leitos de UTI de 220 para 729 e os leitos de enfermaria de 647 para 1752 - na sexta-feira, 26 de junho, teríamos 34,5% de ocupação nos leitos de UTI, em vez de 85%. E 30% nos de enfermaria, em vez dos 69% registrados na sexta-feira. (CDL/BH. 30 jun. 2020).

A acusação de que a Prefeitura de Belo Horizonte não estaria fazendo os investimentos necessários também tem sido sustentada pelo Governo Zema, num embate entre Prefeitura e Estado que vem se estendendo ao longo desses meses de pandemia. A Secretaria Municipal de Saúde tem reafirmado que suas decisões se apoiam em protocolos científicos e em indicadores técnicos que permitem apurar o avanço da pandemia na cidade. Alega também que os investimentos necessários foram feitos aumentando o número de leitos e equipamentos para realizar o atendimento à população, não obstante a contribuição do governo do estado descrita como “irrisória”.

HOSPITAL DE CAMPANHA CONSTRUÍDO EM TEMPO RECORDE NÃO COMEÇOU A FUNCIONAR

Não são apenas os empresários que vêm criticando o limitado aprimoramento da estrutura da saúde para dar conta da pandemia na Capital. O governo do estado construiu, em tempo recorde, um hospital de campanha, instalado no Expominas, ao custo de R\$ 5,3 milhões, provenientes de recursos do próprio estado e, majoritariamente, da iniciativa privada.

Embora não disponha de leitos para o tratamento intensivo (UTI), são 740 leitos de enfermaria e mais 28 destinados à estabilização. A estrutura ficou pronta no final de abril, mas nunca funcionou. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, ainda não teria sido necessário ativar o hospital e que recorreria a ele se os demais hospitais no estado não fossem capazes de atender a demanda.

Contudo, ao contrário do que diz o governo estadual, há notícias de que as unidades de pronto atendimento em Belo Horizonte estão lotadas. Parte dos pacientes cuja internação seria necessária não estariam encontrando vaga, enquanto os 768 leitos do hospital de campanha se encontram parados.

Sua ativação poderia, quando menos, atender os casos menos graves, diminuindo o fluxo que tem pressionado as unidades de pronto atendimento.

Consta ainda que há regiões do estado em que já se esgotaram os leitos disponíveis ou que estão bem próximas disso. Existe o temor de que a falta de leitos no interior venha a pressionar os serviços de saúde na Capital.

O próprio governo reconhece que, na estrutura hospitalar recém-criada, não há o necessário aparato laboratorial para exames e diagnóstico por imagem. No entanto, o aspecto mais criticado é a falta de pessoal. Há notícias de que um processo de seleção de organizações sociais interessadas em gerir o equipamento estaria em andamento, mas não será concluído a tempo para o momento mais agudo da pandemia.

Tem se questionado se esse atraso seria devido a erro de planejamento. O governo admite que, para ativar plenamente o hospital de campanha, depende da contratação de uma organização social para geri-lo. No entanto, afirma que as atividades poderiam ser iniciadas de forma escalonada, servindo-se de recursos humanos do próprio estado e de profissionais da saúde da Polícia Militar e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig).

Antes da atual tentativa de contratar uma organização para gerir o hospital, o governo estadual planejava delegar a tarefa – sem licitação prévia – para uma fundação cuja diretoria possui vínculos com a Polícia Militar. Entretanto, o processo foi suspenso após a Controladoria Geral da União (CGU) detectar irregularidades. De acordo com a CGU, entre outras questões levantadas, poderia haver conflito de interesses no fato de que era a própria Polícia Militar que estava conduzindo a contratação dessa entidade. O processo acabou sendo cancelado antes mesmo de ser assinado.

O prefeito e o governador têm trocado acusações recíprocas. O governo critica a gestão municipal da Capital pela forma como tem sido conduzido o combate à pandemia. A prefeitura afirma que têm recebido apenas críticas por parte do governo estadual, mas que o estado não tem aportado recursos para ajudar a solucionar a crise sanitária, embora a Capital acabe atendendo também pacientes de outras regiões. Diz-se que uma contribuição do estado teria sido o hospital de campanha, mas que segue não funcionando.

Enquanto isso, movimentos sociais ligados à área da saúde têm feito críticas severas à Prefeitura e ao Governo pelo não funcionamento do hospital de campanha. Afirmando que o tempo para contratação de profissionais teria sido mais do que suficiente. Atribuem o atual fracasso dessa iniciativa à falta de integração entre a instância estadual e os municípios da Região Metropolitana. Reclamam dos desentendimentos políticos estéreis que teriam relegado a segundo plano o bem maior da saúde pública.

GESTÃO DA PANDEMIA E CENÁRIO ELEITORAL EM BELO HORIZONTE

O prefeito Alexandre Kalil (PSD) vem sendo considerado, entre os analistas de política local, um favorito nas eleições de 2020, com chances reais de vitória ainda no primeiro turno. As pesquisas publicadas, no entanto, são anteriores à chegada da pandemia em Belo Horizonte.

No mês de março, de acordo com a pesquisa DataTempo/CP2, Kalil venceria – no pior cenário para o atual prefeito – com 50,4% dos votos; o adversário melhor colocado tinha apenas 19,5% das intenções de voto. Poucos dias antes, uma outra pesquisa, do Paraná Pesquisas, atribuía 74,6% de aprovação ao governo do atual prefeito. No início de abril, pouco depois das medidas de distanciamento social decretadas pelo prefeito, uma pesquisa da CDL/BH e do Instituto Quaest afirmava que 88% dos entrevistados apoiaram a suspensão comercial para reduzir contágio.

Resta saber se ou quanto desse patrimônio eleitoral Kalil terá conseguido preservar após os acontecimentos mais recentes. O prefeito vem acumulando um grande desgaste junto ao setor empresarial. Esse setor tende a fazer uma polarização entre preservação de vidas e retomada das atividades econômicas, como se esta fosse sustentável em um cenário em que o número de mortes começasse a subir a ponto de desestabilizar a ordem social.

A gestão da pandemia não é a única razão para descontentamento do empresariado com Kalil. Outro ponto de tensão foi a aprovação do novo Plano Diretor, em 2019, o qual entrou em vigor em fevereiro deste ano. Nele o ponto mais polêmico foi a criação da “outorga onerosa”, pela qual donos de lotes que desejem fazer uma construção maior do que a área do terreno devem pagar uma taxa à prefeitura. Essa medida atinge mais intensamente a cadeia produtiva da construção civil, embora possa afetar quem vai comprar imóveis, cujo custo final tende a aumentar.

A discussão se estendeu por anos. Começou na Conferência Municipal de Política Urbana de 2014 e foi concluída apenas no ano passado. Polarizaram-se, de um lado, aqueles que viam os aspectos positivos do projeto, destacando a ampliação de áreas verdes e espaços culturais e descreviam a outorga onerosa como um “mecanismo de justiça urbana”, possibilitando o controle da especulação imobiliária e do adensamento. No outro extremo estavam os que consideravam a medida como uma forma de criar um novo imposto e até como um abuso contra o direito autodeterminação sobre a propriedade privada.

Alexandre Kalil foi considerado o responsável pelo Plano Diretor por haver se empenhado pessoalmente por sua aprovação na Câmara Municipal. Entre os opositores, diz-se que esse Plano representa uma “derrota para a cidade” e a concretização de um projeto de esquerda, capitaneada pelo atual prefeito.

Portanto, existem sinais de que o desgaste acumulado tanto nesse processo de aprovação do Plano Diretor como no combate à pandemia na Capital pode reunir os descontentes na busca de candidatos que representem alternativa à reeleição de Kalil. Não sendo possível evitar a recondução do prefeito, interessaria a esses segmentos que, pelo menos, a reeleição não fosse obtida graças a uma votação esmagadora. Um êxito notório nas urnas, faria de Alexandre Kalil um candidato favorito também para disputar a eleição de 2022 para governador do estado.

FIM DAS COLIGAÇÕES PARA ELEIÇÃO DE VEREADORES DEVE MULTIPLICAR CANDIDATOS A PREFEITO

Pela primeira vez, não acontecerão mais as coligações entre partidos para a eleição de parlamentares. A tática era empregada para melhorar o desempenho das legendas em seus esforços para eleger vereadores, deputados estaduais e deputados federais. No entanto, uma nova regra foi aprovada em 2019 e passa a valer nestas eleições municipais.

Do ponto de vista dos partidos políticos, havia diversos interesses na adoção da prática: o agrupamento de legendas permitia conquistar maior tempo na propaganda eleitoral em rádio e televisão, da mesma forma que dava acesso a uma parcela maior no financiamento público para as campanhas. Tempo de propaganda e dinheiro eram moedas de troca, pelas quais partidos impunham a realização de coligações proporcionais como preço pelo apoio a um candidato majoritário (prefeito, governador, senador ou presidente) de outra legenda.

No entanto, o sistema sempre foi considerado excessivamente confuso para o eleitor comum que, votando em determinado candidato, acabava por contribuir para a eleição de um outro por ele desconhecido. Não era raro que o eleito por essa via tortuosa pertencesse a um campo ideológico bastante diverso daquele intencionado pelo eleitor com seu voto.

Outro problema desse sistema é que partidos podiam escolher um candidato famoso, capaz de angariar muitos votos, porque, dessa forma, outros políticos desconhecidos seriam eleitos a reboque do candidato célebre, sem grandes esforços. Esse fenômeno ficou conhecido como “efeito Tiririca”, dada a situação em que o humorista eleito como deputado federal possibilitou que outros, relativamente anônimos, também conseguissem vaga na Câmara.

A proibição das coligações não elimina esse fenômeno, mas pelo menos os candidatos favorecidos pela votação de uma celebridade serão necessariamente filiados ao mesmo partido e, entende-se, do mesmo campo ideológico. Um dos resultados esperados com o fim dessa medida seriam, portanto, a maior transparência em relação à consequência imediata do voto dado pelo eleitor.

Também se supõe que aquelas legendas que não têm densidade eleitoral suficiente para apresentar candidaturas majoritárias acabem por desaparecer ou, pelo menos, que haja menos estímulo para a criação de novas. O problema frequentemente apontado com relação a esse caminho é que também aqueles partidos de caráter popular e que possuem uma identidade ideológica definida passam a encontrar maior dificuldade para obterem aprovação. Se há um ganho em transparência por um lado, perde-se no acesso à representação democrática.

Para os partidos menores, essa regra também teve outras implicações por estar associada à criação de uma cláusula de barreiras. Para ter acesso ao tempo de rádio e televisão e ao Fundo Partidário o partido deve cumprir determinados requisitos que seguirão sendo paulatinamente ampliados até 2030. No momento, a medida exige – entre outras obrigações – que o partido tenha tido em 2018, nas eleições para deputado federal, pelo menos 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados brasileiros.

Por um lado, a medida pode ter o benefício de forçar a fusão de partidos que tenham alguma afinidade ideológica tendo em vista sua própria sobrevivência. A crítica feita a esse processo é, juntamente às legendas de aluguel, também os partidos menores, mas com vínculos legítimos com causas sociais possam vir à extinção.

As eleições de 2020 já terão, possivelmente, como efeito dessas medidas restritivas a multiplicação de candidatos a prefeito. Ter uma candidatura majoritária é uma forma de impulsionar a campanha dos candidatos a vereador. Por isso, diversos partidos tendem a lançar chapas para prefeito, mesmo que elas possam não ser eleitoralmente viáveis.

CENÁRIO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO SEGUE INDEFINIDO

No momento passam de vinte os prováveis candidatos nos mais variados espectros. Talvez uma característica do presente cenário eleitoral seja o reposicionamento de legendas que antes tinham uma participação menos expressiva. Elas começaram a emergir nas eleições de 2016, pavimentaram seu sucesso no pleito de 2018 e pretendem se consolidar em 2020.

Pertencente a esse campo, hoje o partido do prefeito Alexandre Kalil (PSD) está em vias de se tornar uma das forças políticas mais importantes no estado. Além das boas perspectivas de reeleição de que goza como prefeito, Kalil deve contar com o apoio do ex-governador e hoje senador Antonio Anastasia e também do senador Carlos Viana, ambos transferidos para o mesmo partido do atual prefeito.

O segundo lugar nas pesquisas (publicadas antes da pandemia) é ocupado pelo potencial pré-candidato deputado Mauro Tramonte (Republicanos), o único concorrente a conquistar mais de dois dígitos

(cerca de 17%), além de Kalil que se mostra acima dos 50% das intenções de voto em todos os cenários projetados.

No entanto, pode ser que o principal opositor à reeleição do atual prefeito venha do campo ligado ao governador Romeu Zema (Novo). Ambos já têm protagonizado um intenso debate sob os holofotes da mídia local e nacional. Enquanto Zema tem reproduzido no estado ideias bastante próximas ao presidente Bolsonaro, o prefeito vem sustentando críticas contundentes e apontando fragilidades que ele enxerga na condução, pelo governo federal, da crise ocasionada pelo coronavírus.

Esse campo tem apresentado, porém, suas próprias fragilidades. Entre o governador e seu partido não parece haver perfeita sintonia. São inúmeras as situações em que as ranhuras dessa relação se tornaram públicas nestes quase dois anos do governo estadual. Resta saber se – em nome de seus projetos políticos futuros de reeleição – Zema demonstrará a habilidade necessária para transferir seu capital eleitoral para o nome escolhido por seu partido para a disputa pela prefeitura da Capital.

Outro campo que aguarda definições diz respeito a quem será o candidato lançado com o apoio do presidente Jair Bolsonaro. Depois da desfiliação do PSL, as relações de Bolsonaro com o partido que o elegeu se tornaram publicamente conflituosas. Ao mesmo tempo, envolto em empecilhos burocráticos e dificuldades operacionais, tampouco seu grupo político foi capaz de erguer a legenda que tencionava criar para disputar o pleito de 2020. Sem um partido próprio, existem vários candidatos distribuídos em outras tantas legendas que estão disputando entre si a possibilidade de se apresentarem como o candidato de Bolsonaro.

Também se espera o surgimento de candidaturas provenientes dos partidos maiores como o MDB e o DEM. São partidos que ainda ocupam espaço importante no cenário político mineiro, embora tenham tido sua participação um pouco relativizada pela presença das legendas que emergiram mais recentemente.

PSDB e PT, que foram partidos centrais no debate político estadual, ainda não se refizeram totalmente da crise em que foram mergulhados nos últimos anos, depois de haverem visto cristalizar-se, em suas respectivas imagens, a associação com práticas de corrupção.

O PSDB deve ter sua própria candidatura, a julgar pela situação atual (ainda difusa) das negociações. A potencial pré-candidata do partido chamou a atenção na última semana de junho com a divulgação de um vídeo com críticas ao desempenho de Kalil. A iniciativa não parece ter alcançado, porém, repercussão maior.

Nos últimos meses, o PT esteve dividido ante a possibilidade de apoiar a reeleição de Alexandre Kalil. Certa concepção de políticas públicas apreciada na legenda parece encontrar ressonância em determinadas ações implementadas pelo governo Kalil. Dado o risco de que modelos de governo mais alheio

a seu projeto possam ganhar espaço, o apoio a Kalil pareceria uma possibilidade real. Restaria, porém, em aberto se o prefeito aceitaria esse apoio depois de havê-lo enfaticamente rechaçado na eleição passada.

Além disso, o Partido dos Trabalhadores aparece tensionado por projetos avulsos (pessoais ou de tendências internas) que parecem se sobrepôr a outros movimentos que pretendem a revitalização da legenda. Constatase que o PT parece chegar à eleição de 2020 fragmentado, tal como sugere o fato de que, a poucos meses da convenção, a legenda ainda apresenta pelo menos sete pré-candidatos a prefeito.

Dentre as definições que já começam a se delinear, destaca-se a baixa probabilidade de que se venha a formar uma frente dos partidos de esquerda. Essa hipótese foi amplamente defendida, mas esbarra na disputa por projetos pessoais dentro de cada legenda, tanto quanto nos interesses pelos quais elas competem entre si.

Como mencionado anteriormente, os partidos políticos têm até o dia 16 de setembro para realizar as convenções nas quais se formalizam os nomes dos candidatos que comporão as chapas.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp deverá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves - RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves